PAUTA
Reunião
de RELTs
8/10/2026

SINDICATO DOS ESPECIALISTAS DE EDUCAÇÃO DO ENSINO PÚBLICO MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Reunião de Representantes dos Locais de Trabalho do SINESP -8/10/2026

SINESP

Conecte-se ao SINESP: www.sinesp.org.br

sinespsp (11) 3116-8400

A. Palestra: Plano Nacional de Educação - Profª Selma Rocha

Graduada (Licenciatura Plena) em História pela USP. Mestre em História pela USP com a dissertação: A Evolução dos Conceitos da Doutrina da Escola Superior de Guerra nos Anos 70 sob orientação do Prof. Dr. Osvaldo Angel Luís Coggiola. Doutora em História Social –Departamento de História - FFLCH -USP. **Diretora da Diretoria de Articulação com os Sistemas de Ensino da Secretaria de Articulação Intersetorial e com os Sistemas de Ensino - MEC.**

B. Conjuntura nacional e desafios da categoria

O Brasil foi às urnas no último domingo e o resultado apurado é alarmante: o candidato da extrema-direita terminou o 1º turno em primeiro lugar com 47,03% dos votos válidos, ante os 45,16% do campo progressista, uma diferença de pouco mais de 2 milhões de eleitores. A abstenção atingiu 21,6%, mais de 33 milhões de pessoas que não compareceram.

O campo político da extrema direita na reta final mostrou poder de mobilização, levando à desidratação de outras candidaturas de direita e centro-direita, com o "voto útil" aparecendo no 1º turno.

O cenário aponta para um Congresso Nacional ainda mais conservador e contrário aos interesses dos trabalhadores e do povo. O PL elegeu 121 deputados federais, sendo a maior bancada. A centro-esquerda terá 124 parlamentares, somados os diversos partidos. Os outros eleitos pertencem a legendas de centro e centro-direita. No Senado Federal, o avanço da extrema direita veio na esteira de uma campanha tendo a crise do STF e o impeachment de ministros como motes, o que tende a agravar a crise institucional no próximo ano.

Em São Paulo, o governador foi reeleito com 62,65% e seu campo político venceu as duas cadeiras para o Senado, além de ter obtido ampla maioria na Alesp.

O aprofundamento do projeto privatista e de desmonte do Estado, liderado pelo governo estadual em consórcio com o prefeito Ricardo Nunes, trará consequências nefastas para a população, cada vez mais impactada pela deterioração dos serviços públicos essenciais, como educação, saúde e transporte.

O recado das urnas foi contundente, demonstrando que a insatisfação e o desencanto com a política, mais uma vez, foram capturados pela extrema-direita, que, de maneira hipócrita e mentirosa, se apresenta ao povo como "antissistema", mesmo sendo o setor mais corrompido da política nacional.

É hora de agir!

Reverter esse resultado!

Não é exagero dizer que o que está em jogo é a própria existência do Brasil como país independente, soberano e democrático.

O Brasil pertence aos brasileiros! O projeto do campo progressista é o único que garante a nossa independência econômica. Nossa soberania é inegociável!

A ascensão da extrema direita ao governo representaria uma mudança profunda nos rumos culturais, econômicos e sociais do país. Sob essa ótica, haveria o bloqueio de pautas voltadas aos direitos trabalhistas — como a discussão sobre o fim da escala 6x1 —, além de frear avanços em distribuição de renda e justiça tributária.

A agenda proposta prevê a implementação de novas reformas previdenciária e trabalhista, o que pode resultar em regras mais rígidas para a aposentadoria e na alteração das relações de trabalho. Adicionalmente, economistas apontam o risco de revisão na política de reajuste do salário-mínimo e da desvinculação de aposentadorias e benefícios sociais, impactando diretamente o poder de compra da população.

No campo da economia, a extrema direita prevê uma contenção profunda nos gastos públicos logo no início do mandato, o que desperta o alerta sobre a sustentabilidade de programas sociais essenciais, como o Bolsa Família, e a preservação dos pisos constitucionais destinados à saúde e à educação. Em paralelo, a agenda prevê a priorização da reforma administrativa, medida criticada por sindicatos devido ao risco de flexibilização da estabilidade e alteração nas estruturas de carreira do funcionalismo. É importante ressaltar que a proposta em debate no Congresso Nacional possui caráter nacional, podendo abrir brechas

para mudanças nas carreiras de servidores em todos os níveis da Federação — incluindo estados e municípios.

Na Cidade de São Paulo, , isso seria a senha para retrocessos em direitos, salários e carreiras, agravando o que já vem ocorrendo no município, como são exemplos o afastamento dos 25 diretores escolares, o corte ilegal de salário com a redução da jornada JEIF, e o Decreto nº 65.474/26, que introduz o novo modelo de Prêmio de Desempenho Educacional baseado em critérios de competição que só aprofundam as iniquidades já existentes.

Mas existem ainda outros riscos. A candidatura da extrema direita resgata a agenda de guerra cultural em nível global. A Educação e a Ciência serão os inimigos, trazendo consequências trágicas para a liberdade de cátedra, autonomia universitária e a gestão democrática.

Embute uma ameaça concreta e real de um governo totalitário, imune aos freios e contrapesos entre os poderes, uma vez que encontrará um Congresso Nacional de maioria conservadora e poderá indicar ao menos 4 ministros para o Supremo Tribunal Federal.

Diante da relevância do cenário atual, as decisões que tomamos agora moldarão o futuro coletivo.

É o momento de convergir esforços e dialogar de forma ampla nas ruas e nas redes para dialogar com quem ainda está indeciso. Mais do que isso, temos a tarefa fundamental de engajar os cidadãos que se abstiveram no primeiro turno, mostrando que cada voto conta e que a presença nas urnas no dia 25 de outubro é o caminho para construir um Brasil mais justo, inclusivo, soberano e plenamente democrático.

"Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão." Essa célebre citação de Paulo Freire nos lembra que as nossas escolhas, nossas conexões e nossas ações trazem responsabilidades profundas.

Na cidade de São Paulo, a nossa mobilização cativou a esperança e garantiu a vitória do campo progressista no 1º turno, com 46,58% dos votos válidos. Esse resultado aumenta o compromisso de lideranças políticas, movimentos sociais e de toda a militância.

O funcionalismo público da capital — em especial, nós trabalhadores da Educação — temos um papel central na defesa dos direitos sociais, dos serviços públicos e do futuro do país. Precisamos continuar firmes nas redes sociais e nas ruas dialogando com a população.

É hora de luta!

C. INs da SME aprofundam caminho para a privatização da Educação

A Secretaria Municipal de Educação tem publicado uma sequência de Instruções Normativas que ampliam o alcance da Lei 18.221/24. Em conjunto, seus efeitos vão no sentido de criar condições para ampliar a terceirização na Rede Municipal de Ensino, abrindo caminho para a privatização de serviços e responsabilidades que devem permanecer sob gestão pública estatal.

Os desdobramentos atingem a gestão democrática e os direitos dos profissionais da educação e refletem em prejuízos ao concurso público e à carreira do magistério.

Ao afastamento de diretores em 2025, somam-se medidas que retiram de professores readaptados — muitos em tratamento de saúde — o direito à JEIF, e as que representam medidas intervencionistas nas EMEFs, como o contido na minuta do CEAIP, com cobrança de metas padronizadas sem considerar os percursos pedagógicos e as necessidades das comunidades escolares.

Essas e outras Instruções Normativas mais recentes são partes de um projeto conduzido pelo prefeito, que acompanha a agenda de privatização da educação pública do governador, já bastante adiantada nas escolas do ensino estadual.

A educação pública não pode ser submetida à lógica da terceirização, da competição e de metas que ignoram o cotidiano das escolas. Defender a autonomia das unidades, a gestão democrática e os direitos dos profissionais é defender uma educação pública de qualidade, construída com participação e compromisso com os estudantes e suas comunidades.

O SINESP analisa cada normativa publicada e medida a ser tomada, aciona as instâncias cabíveis, inclusive a Justiça, e chama todos e todas a se somarem à luta coletiva em defesa da escola pública, da gestão democrática e dos direitos de quem a constrói todos os dias.

D. CEAIP: uma nova investida contra toda a gestão educacional

A minuta de Instrução Normativa que institui o Centro de Acompanhamento e Implementação Pedagógica, o CEAIP cria a figura do supervisor pedagógico, que atuaria dentro das unidades educacionais: semanalmente nas unidades classificadas como prioritárias em razão de seus índices de desenvolvimento educacional, e quinzenalmente nas demais.

Trata-se de uma descaracterização da função do supervisor escolar, que já possui a atribuição de acompanhamento pedagógico prevista no Decreto nº 59.660/2020, assim como das Divisões

Pedagógicas das Diretorias Regionais de Educação, responsáveis pelas formações e pelo acompanhamento das aprendizagens, e da Coordenação Pedagógica.

A análise técnica da minuta mostra que as atribuições conferidas à nova função fazem parte da estrutura da rede, o que evidencia não a criação de algo novo, mas o esvaziamento progressivo do trabalho de supervisores concursados com o objetivo de abrir caminho para a vacância e a terceirização da função.

Os supervisores pedagógicos seriam designados por indicação do diretor regional, e não por concurso público, configurando a figura de um interventor em nova roupagem dentro das escolas. Diante disso, o SINESP enviou ofício à SME rechaçando integralmente a proposta contida na minuta, por entender que ela constitui infração ao percurso legal da rede, e construiu um manifesto conjunto com os supervisores escolares em repúdio ao mecanismo.

O SINESP atua junto aos Supervisores e toda a categoria, em diversas frentes, na luta contra mais esse ataque privatista do governo municipal à carreira dos gestores escolares e de todos os profissionais da Educação. A luta é de todos e precisamos estar juntos para defender nossos direitos e a Educação pública estatal.

E. Plataforma Elefante Letrado: SINESP faz denúncia ao Ministério Público

O SINESP entrou com denúncia formal ao Ministério Público sobre a Plataforma Elefante Letrado, ferramenta adotada pela Prefeitura de São Paulo para as escolas da rede municipal e já utilizada na rede estadual.

A denúncia soma-se a outra já em curso no Ministério Público, que investiga o armazenamento de dados de crianças sem autorização, e envolve questões centrais como a gravação de vozes e imagens e o tratamento de dados de estudantes sem autorização explícita das famílias.

Embora anualmente as famílias assinem termo de uso de imagem, som e atividades das crianças para fins pedagógicos e de divulgação institucional, o uso da plataforma ultrapassa esse limite: trata-se de um serviço terceirizado, fora do domínio da própria Secretaria Municipal de Educação, o que levanta dúvidas sobre com que autorização os dados são coletados, por quanto tempo permanecem armazenados e como é garantida sua segurança, inclusive diante do risco de comercialização ilegal.

A adesão à plataforma ocorreu por meio do Programa Alfabetiza Juntos-SP, do governo estadual, formalizada em março de 2026 por termo de cessão não onerosa e temporária, válido por 60 meses, para o 1º e o 5º ano do Ensino Fundamental.

Isso agrega o problema grave da plataforma seguir o currículo do Estado e não o Currículo da Cidade. Além disso, transforma a leitura em métrica com determinação de tempo de leitura, quantidade de livros, metas, pontuação e relatórios de desempenho, o que tende a distorcer a avaliação da capacidade leitora dos estudantes e sobrecarregar coordenadores pedagógicos com análise de dados.

O SINESP busca a suspensão do uso dessa e de outras plataformas, uma vez que o uso dessas ferramentas envolve uma discussão ampla sobre a privatização da educação municipal.

F. SINESP cobra cumprimento do protocolo de negociação da campanha salarial

O SINESP acompanha o cumprimento dos compromissos assumidos pela PMSP com o Sindicato e com as entidades que integram a COEDUC. As cobranças atuais são feitas, principalmente, em relação às medidas previstas para este segundo semestre.

Entre os compromissos em acompanhamento direto estão as ações de climatização das unidades, as autorizações para abertura de concursos para PEI, ATE e Gestores Educacionais, as formações sobre TEA para gestores, docentes e profissionais do Quadro de Apoio, bem como a abertura das discussões da Política Paulistana de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva, com ênfase no atendimento aos estudantes com transtorno do espectro autista (TEA).

As discussões com a SME se dão, também, em torno das medidas para melhorar a infraestrutura das unidades e a modernização do Sistema de Gestão Pedagógica, cujo prazo acordado para conclusão é 16 de novembro de 2026.

O SINESP também cobra reunião com a Secretaria de Gestão para tratar de itens do protocolo como:

- ✔ Valorização e recomposição da remuneração
- ✔ Vale-alimentação e auxílio-refeição
- ✔ Bem-estar ocupacional e prevenção de doenças do trabalho
- ✔ Cumprimento do protocolo firmado junto ao GT de saúde mental dos servidores
- ✔ Programa de ressignificação dos readaptados
- ✔ Módulo de profissionais readaptados
- ✔ Módulos, dimensionamento e gestão de pessoal
- ✔ Mesa Permanente de Negociação
- ✔ Proteção escolar e situações de violência
- ✔ Equipamentos, obras e reformas
- ✔ Movimentação de vagas na Educação Infantil
- ✔ Atendimento médico e medicação nas escolas

G. Concurso de remoção 2026: a reorganização da rede vira insegurança para os profissionais da educação

O Concurso de Remoção 2026, publicado pela Secretaria Municipal de Educação, não pode ser tratado apenas como mais um procedimento administrativo.

Em 2026, a administração promoveu mudanças que impactaram as vagas apresentadas no concurso de remoção, com um número expressivo de profissionais excedentes: muitas EMEIS passarão a funcionar em período integral, com a consequente redução no módulo dos profissionais de educação, a IN 34/2026, que estabeleceu o módulo de docentes readaptados e a IN 25/2026, que alterou o módulo dos Auxiliares Técnicos de Educação.

Não se pode naturalizar que servidores concursados, que construíram sua trajetória profissional em determinada unidade ou região, sejam obrigados a reorganizar suas vidas porque a Administração alterou a organização das unidades e seus módulos, transformando profissionais efetivos em excedentes, em uma manobra para tentar resolver o problema de falta de profissionais.

Dessa forma, a remoção, que sempre foi uma conquista para assegurar a mobilidade do profissional, se transforma em mecanismo de deslocamento obrigatório para uns, enquanto é proibição para outros.

A SME insiste em negar o direito aos profissionais de educação em período probatório, a possibilidade de trabalhar mais perto de suas residências e esta negativa impacta diretamente na saúde física e emocional desses profissionais. Outra questão desconsiderada por SME foi a composição completa das vagas iniciais, aquelas decorrentes do módulo sem regência e CJ nas EMEFs e nas EMEIs.

Na minuta apresentada inicialmente pela SME havia a previsão de que diretores de escola e coordenadores pedagógicos que se removessem ficariam impedidos de participar dos concursos de remoção pelos dois anos seguintes. O SINESP se posicionou firmemente contra mais essa arbitrariedade e cobrou sua retirada, o que foi feito, impedindo mais essa injustiça contra os Gestores da Educação.

Não podemos olhar para essas medidas separadamente. O que está em discussão é o modelo de organização da Rede Municipal de Ensino. A redução de módulos, o aumento do número de excedentes, as mudanças nas regras de remoção e as alterações na organização das unidades são reflexos da política privatista do governo municipal e da Lei 18.221/24. É, portanto, parte da luta que a categoria desenvolve e que precisa ser cada vez mais forte!

H. Plano Municipal de Educação 27-37: momento decisivo de participação

O processo de construção do novo Plano Municipal de Educação, que definirá metas e diretrizes para o período de 2027 a 2037, teve início oficial em junho de 2026, com a publicação da Instrução Normativa nº 26 pela Secretaria Municipal de Educação. O cronograma se estende até março de 2027 e prevê encontros temáticos, plenárias regionais em todas as regiões da cidade e a Conferência Municipal de Educação, espaço de deliberação, que reunirá as contribuições das discussões regionais para definir diretrizes, metas e estratégias do novo plano.

O SINESP entende esse processo como estratégico, já que o PME não é um documento burocrático, mas uma política pública que orienta diretamente ações para a educação municipal nos próximos dez anos. Por isso, o sindicato chama todos os filiados, especialmente os profissionais da gestão educacional, a ocupar esses espaços de participação.

Entre as pautas defendidas estão: que os cargos de especialistas não sejam privatizados; que a formação continuada receba investimento real; que a gestão democrática não seja substituída por métricas e metas de mercado; a ampliação da rede pública direta em vez de mais unidades da rede parceira, de política de voucher e de convênios que repassam verbas públicas a entes privados, como no caso do Liceu Coração de Jesus; o provimento de cargos por concurso público; a garantia efetiva de um terço da jornada de trabalho destinado a planejamento e formação. O SINESP produzirá um documento para auxiliar as discussões envolvidas no PME.

A participação da Gestão Educacional é imprescindível nesse debate. Seus profissionais exercem papel insubstituível e defender as condições de trabalho dessa categoria é, fundamentalmente, defender a qualidade da própria educação!

I. Relatos dos RELTs